

HABEAS CORPUS Nº 532.073 - AL (2019/0268243-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOSE RONIVO VAZ
ADVOGADO : JOSÉ RONIVO VAZ - AL002306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : ADENILDO PEREIRA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

ADENILDO PEREIRA DA SILVA alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**, no HC n. 0801344-88.2019.8.02.0000.

A defesa pretende a redução da pena, ante a ausência de fundamentação idônea para considerar negativas as circunstâncias judiciais, na primeira fase da dosimetria.

Não houve pedido liminar.

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *writ* (fls. 52-54).

Decido.

Da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído**, porquanto **a inicial não veio acompanhada da cópia do acórdão apontado como ato coator**, o que impossibilita a compreensão do caso e inviabiliza o regular processamento deste habeas corpus.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória.

É cogente ao impetrante, sobretudo em se tratando de advogado constituído, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a apontada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

Superior Tribunal de Justiça

À vista do exposto, **não conheço** do habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator